Da unidade terrestre à totalidade capitalista: um ensaio crítico da geografia

Ana Sylvia Maris Ribeiro[1]

RESUMO

O presente artigo, escrito em forma de ensaio, visa discutir – a partir do cotejamento de geógrafos considerados clássicos e críticos – aspectos teóricos da geografia que a relacionam com o entendimento da totalidade. Diante da amplitude da discussão, recorremos também a alguns poucos autores de outras áreas do conhecimento no intuito de compreender a noção de totalidade na história do pensamento geográfico sob uma perspectiva crítica. Sem a pretensão de esgotar a temática e reconhecendo a profundidade das obras com as quais aqui dialogamos brevemente, o ensaio se constrói a partir de questões postas à geografia como relação homem-meio, sociedade-natureza, alcançando a crítica do desenvolvimento desigual e da globalização como horizonte de compreensão do mundo que vai da unidade terrestre à totalidade capitalista. As reflexões que constituem este ensaio perpassam momentos de legitimação da geografia como ciência à produção geográfica de padrões de interpretação do mundo. Nesse sentido, é possível refletir sobre a geografia enquanto ciência moderna e conferir-lhe historicidade como momento da práxis social abrangente que caracteriza a reprodução social sob o capitalismo. Sem desistir da geografia, todavia considerando aspectos que a transcendem como ciência parcelar, a discussão encontra elementos que permitem realizar a crítica à totalidade capitalista – fragmentada e contraditória – e ao papel da ciência geográfica na reprodução crítica do capital.

Palavras-chave: Unidade terrestre; totalidade; crítica; história do pensamento geográfico.

From terrestrial unity to capitalist totality: a critical essay of geography

ABSTRACT

The present article, written in the form of an essay, aims to discuss - from the comparison of geographers considered classic and critical - theoretical aspects of geography that relate it to the understanding of the totality. Given the deepht of the discussion, we also resort to some authors from other areas of knowledge in order to understand the notion of totality in the history of geographic thought from a critical perspective. Without pretending to exhaust the theme and recognizing the depth of the works with which we briefly dialogue here, the essay is built on questions posed to geography as a man-environment relationship, society-nature, reaching the criticism of uneven development and globalization as horizon of understanding of the world that goes from the terrestrial unity to the capitalist totality. The reflections that constitute this essay go through moments of legitimation of geography as science to the geographical production of patterns of interpretation of the world. In this sense, it is possible to reflect on geography as a modern science and give it historicity as a moment of the comprehensive social praxis that characterizes social reproduction under capitalism. Without giving up geography, however considering aspects that transcend it as a partial science, the discussion finds elements that allow criticism of the capitalist totality – fragmented and contradictory – and the role of geographic science in the critical reproduction of capital.

Keywolds: Terrestrial unity; totality; criticism; history of geographical thought.

A legitimação da geografia como ciência moderna e a noção de unidade terrestre

A constituição da geografia clássica como ciência moderna esteve fundamentada na ideia de unidade terrestre. Por um lado, a discussão sobre a unidade terrestre caminhou – de forma diferenciada e particular entre os autores tidos como clássicos, como em Ratzel, La Blache e Reclus – para a consideração da relação entre homem e meio, bem como as influências que o meio físico e natural

[1] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Email: ana.sylvia.ribeiro@usp.br.

exerce sobre as diferentes sociedades. Por outro, suscitou questões de método postas como necessárias à constituição de uma ciência de síntese que se desdobrara historicamente na compreensão da realidade como totalidade. Desprovida a princípio de seu cunho marxista, o entendimento da totalidade enquanto unidade terrestre aparece em diversos autores considerados clássicos.

Lira (2012) analisa a institucionalização da geografia como ciência na França a partir da trajetória acadêmica de Vidal de La Blache, de historiador a geógrafo. Depois da derrota na Guerra Franco Prussiana, em 1871, o então ministro da Educação Pública francesa, Jules Simon, implementou uma forte política para impulsionar os estudos de geografia no país e, em 1872, La Blache é nomeado professor da cadeira de história e geografia de Nancy, onde permaneceu associado ao curso de história até 1898, quando foi então nomeado professor de geografia na Sorbonne. Para Lira, a relação de La Blache com historiadores apresenta-se enquanto uma possível estratégia de institucionalização da geografia como ciência, à "entrada desta disciplina nas Universidades", em que as primeiras cadeiras de geografia surgiram, na França, associadas à disciplina de história (*Ibid*. p. 53-57). Além da importância de La Blache, a autora aponta ainda para outros fatores que contribuíram para a institucionalização da geografia, como o apoio dos governos e das sociedades geográficas francesas da época.

A maior parte das cadeiras de geografia nas universidades no século XIX eram ocupadas por historiadores, tanto na França, quanto na Alemanha ainda não unificada, se passando algo semelhante ao que ocorreu a La Blache a Karl Ritter, quando este último foi convidado para ser professor de geografia, em 1810, no momento da fundação da Universidade de Berlim, depois de ter sido professor de história em Frankfurt. Segundo Lira, Ritter teria apresentado certa relutância em aceitar o cargo devido à indefinição e indistinção ainda existente sobre o objeto das duas disciplinas (*Ibid*., p. 61). O processo de legitimação e institucionalização da geografia, sobretudo na França, contou com o problema da distinção entre o objeto das duas disciplinas, geografia e história, sendo a primeira sob forte influência da segunda. Nesse aspecto, a consideração da geografia física foi de fundamental importância na elaboração acerca da unidade terrestre e surgiu atrelada aos estudos da história da formação dos Estados da Europa Central. A princípio na Alemanha, mas também na França, "a geografia física é introduzida, mas como uma forma de introduzir aos estudos históricos" (BROC, 1974, p. 562 *apud.* LIRA, 2012, p. 60).

Nesse sentido, questionando o caráter estritamente positivista da constituição da geografia definida como clássica, principalmente de tradição francesa, Damiani (2005, p. 57-59), a partir da consideração das reflexões sobre método elaboradas por Lefebvre, aponta para a contradição e negatividade presentes como fundamento deste conhecimento que se punha como ciência. A negatividade do

processo social é apagada sob a leitura lógica formal. Ao mesmo tempo em que a geografia carregava preocupações referentes à formalização e institucionalização de um saber capaz de prover aplicações de leis absolutas e universais, baseada em análises de cunho empirista – voltadas para a forma de apresentação, a aparência regular e constante dos fenômenos – as ciências parcelares naquele momento, não detinham "fronteiras estanques e rígidas", tal como apregoava o positivismo, mas linhas flexíveis de demarcação, tendendo à unidade. Dessa maneira, segundo Damiani, os avanços das ciências e das técnicas, bem como sua aplicação prática no mundo industrial em pleno desenvolvimento, "unem, através da geografia, entre outras ciências, as ciências da natureza e as do homem" (*Ibid*. p. 58-59).

Dentre os estudos promovidos pela geografia francesa em processo de institucionalização, história, circulação e regionalização (do Mediterrâneo) foram ganhando proeminência na delimitação das *pays* por La Blache. Lira chama atenção para a noção de região que se constituía na época, nas quais as diferentes *pays* lablacheanas encontravam-se associadas à circulação entre montanha e planície, pastores e agricultores, burgo e marina (LIRA, 2012. p. 70). O Mediterrâneo se constitui como primeiro objeto da geografia: espaço de referência para a construção de noções universais.

De acordo com sua obra *Princípios de Geografia Humana,* de 1921, Vidal de La Blache (1954) afirma que a noção de unidade terrestre baseia-se na concepção da Terra como um todo, em que as partes estão coordenadas por meio de fenômenos que se encadeiam e obedecem a leis gerais, das quais derivam os casos particulares. Nesse sentido, a concepção de unicidade da Terra formulada por La Blache frente a seus estudos regionais, partira do princípio que a definição de determinada região implica necessariamente a significação das demais (1954, p. 68). O *Tableau de la Géographie de la France*, escrito em 1903, resultado de 20 anos de estudos do território francês, será considerada a obra fundante da geografia regional, em que os estudos regionais se davam articulados ao contexto do movimento regionalista do país, que ocorria entre intelectuais e políticas provinciais "para diminuir a força da centralização parisiense" (LIRA, 2012, p. 55). A legitimação da geografia se erigia, dessa maneira, fornecendo padrões de interpretação do mundo, na qualidade de ciência capaz de oferecer respostas para questões relacionadas à forma da reprodução econômica e social européia que se punha como central, todavia articulada conflituosamente junto às regiões. Ademais, a geografia produzida como ciência no século XIX ocorria em partes específicas da Terra: o mundo do Mediterrâneo e a partir dele; no entanto, enquanto ciência, se legitimara como empreendimento universal e universalizante, uma vez que, determinada pelo positivismo, a geografia se constituía afirmando como os fenômenos e coisas são, e não como se negam (DAMIANI, 2005).

A concepção de unidade terrestre desenvolvida pela geografia moderna em constituição, além de ser

alavancada por guerras e conflitos bélicos e territoriais europeus, foi impulsionada em 1830 e 1840 pelas transformações advindas da segunda Revolução Industrial, as quais promoviam transformações espaciais flagrantes sobretudo por conta do avanço da navegação a vapor, seguida pelas linhas férreas. Ritter, considera, neste momento, certa fragmentação e relativização do espaço, no sentido de que as transformações de acessibilidades formavam novos arquipélagos transoceânicos, enquanto muitos espaços vizinhos tornavam-se repentinamente distantes. Tal perspectiva de mobilidade e relatividade espacial fundamentara a noção de "posições relativas" das regiões de La Blache. A mobilidade ganha status de princípio "instintivo" humano em seu ensaio *La Géographie Humaine, ses Rapports avec la Géographie de la Vie,* de 1903. Assim como em Ritter e também em Humboldt, segundo La Blache, a mobilidade – que fundamenta a noção de migração, da "humanidade em movimento" – considerada como princípio humano, torna-se a base da ideia de liberdade e autonomia do homem frente ao meio (LIRA, 2012, p. 63-64).

Em relação aos estudos e concepções acerca da migração, outro importante geógrafo francês de tradição vidalina, nascido no final do século XIX e que iniciou sua produção geográfica no século XX, é Max Sorre. De acordo com Silva, o ponto de partida de Sorre é uma concepção ecológica de sociedade, a respeito da qual desenvolve seu conceito de migração, visto como "produção de um novo habitat, fruto da desestabilização entre o quadro natural e o quadro populacional do complexo geográfico original" (2012, p. 78). Segundo essa perspectiva, a colonização é considerada por Max Sorre como "humanização do ecúmeno", em que "o movimento populacional seria fundado na liberdade de escolha do ser humano dentro do quadro geral de complexos geográficos" (Cf. Megale, 1984, *apud*. Silva, p. 79). Tal acepção de migração, a partir da constatação de um sistema que tende ao equilíbrio, é semelhante à de outros geógrafos considerados clássicos.

Na tentativa de lidar com o dualismo posto enquanto estudo da natureza e das relações humanas em sociedade, e dessa forma possibilitar a afirmação da unidade da geografia, Reclus, no prefácio de sua obra *L'homme et la Terre,* publicada em fascículos em 1905, propõe a consideração da história na conformação do espaço e dos fatos geográficos. Neste prefácio, intitulado "A natureza é o homem adquirindo consciência de si própria" o autor anuncia sua perspectiva evolucionista em que "se mostraria a harmonia dos homens e da Terra; em que as condutas dos povos se explicariam, da causa ao efeito, por sua consonância com a evolução do planeta" (RECLUS, 1985, p. 38). A observação das categorias de conhecimento da história, nessa perspectiva, revelaria à geografia a forma desigual de desenvolvimento, que resulta em sociedades marcadas pela diferenciação interna, constituídas por classes sociais (sobre a aproximação e diferenciação de sua noção de classes sociais e da noção marxista, ver a introdução da obra *Élisée Reclus (1985)*, escrita e organizada por Manuel Corrêa de

Andrade). Além disso, Reclus acreditava que qualquer evolução na existência dos povos seria fruto da ação individual: é no esforço do indivíduo que residiria a força da transformação da sociedade em direção à liberdade. O desdobramento dessas e outras ideias, fundamentadas na perspectiva anarquista do autor, o levou a considerar a geografia social como forma de pesquisa combinada que contemplasse o estudo do meio, do homem e da produção do espaço, sob a perspectiva de equilíbrio e de um todo harmônico.

A preocupação com os acontecimentos da história na relação entre homem e meio também estava presente na *Antropogeografia* de Ratzel (1990), escrita em 1882. Este autor debruçou-se sobre o estudo das influências do clima, bem como de outros aspectos naturais que constituem a superfície, enquanto condição de formação do solo, substrato material e de sobrevivência das diferentes civilizações humanas. Entretanto, alertou para o fato de que essas civilizações passam por transformações internas e estão em constante movimento migratório sobre a Terra, sendo assim essencial o estudo histórico das migrações visando a análise das adaptações destas aos distintos ambientes terrestres. O deslocamento e expansão territorial conferem uma condição de equilíbrio entre civilização e meio, segundo o autor. A concepção da unidade terrestre como um todo orgânico, por parte de Ratzel, admitia a existência de processos de concorrência interna e externa que poderiam levar ao extermínio de parte da população considerada de civilização inferior. O nível de evolução da civilização se daria pela dimensão da articulação de determinada sociedade com a natureza: quanto mais aprofundada a divisão do trabalho e avançada a produção material, mais desenvolvida seria a civilização e com maior controle sobre seu território. Um dos elementos que fundamenta tal pensamento reside na não diferenciação entre Estado e povo, em que a extinção de uma parcela da população nacional ou mundial é legitimada em função da aclamada sobrevivência do todo, enquanto Estado Nação territorial. Tal sobrevivência, de acordo com os escritos do autor, somente é possível, enquanto prosperidade, em sua forma ampliada, isto é, em constante expansão impulsionada pela "força da densidade", entendida como pressão do crescimento populacional sobre o assim chamado “espaço vital” (RATZEL, 1990). Esta noção contrasta com a de Reclus, para o qual, embora acreditasse em formas de cultura superior e inferior, o Estado era um instrumento das classes dominantes contra seu próprio povo. A libertação dessa condição, para Reclus, seria a superação da forma estatal por meio do desenvolvimento do instinto de atração e ajuda mútua da sociedade. Entretanto, a pressão da necessidade também está presente em Reclus, como pressão populacional para a transformação do solo.

É possível encontrar de diferentes formas nos autores clássicos a perspectiva de evolução histórica do meio geográfico. Para La Blache (1954), assim como em Ratzel, existem diferentes civilizações que

podem ser consideradas superiores ou inferiores, segundo seu grau de evolução. Ainda segundo o autor francês, a civilização resume-se na luta contra obstáculos físicos que se põe ao movimento de comunicação e contato dos povos, sendo o isolamento uma anomalia. Em decorrência disso, a empresa de colonização pôde ser exitosa, uma vez que, para La Blache, as grandes glórias de sua época estavam ligadas a essa forma tida como evolução e desenvolvimento da civilização. A natureza, concebida pelo autor, encontra-se em constante ação metódica de transformação, em que o homem, em sua relação de domínio da natureza, é entendido como elemento ao mesmo tempo ativo e passivo nesse processo de transformação. É no desdobramento dessa discussão que a escola lablacheana vai receber a alcunha de *possibilista* em oposição a concepção *determinista* de Ratzel, a partir da polêmica expressa pelo historiador Lucien Frebvre (neste ensaio não temos condições de nos aprofundarmos em tal debate, sobre o assunto ver: FEBVRE, L. *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história*).

Sob a perspectiva da Terra como unidade da relação homem e meio, a geografia humana aparece como a ciência capaz de articular o conhecimento da natureza e da sociedade. O próprio homem aparece nas análises científicas da época de forma natural e objetivamente, agindo sobre ela num processo positivo e linear da história, que parece caminhar das formas mais simples às mais complexas, sem rupturas e contradições. Além da noção de evolução dos meios e da civilização pela geografia, ocorre a legitimação da colonização e do imperialismo como domínio do homem sobre a natureza; e dos homens sobre outros homens, estes últimos considerados, de forma geral, mais próximos da natureza do que os civilizados conquistadores. Ratzel afirmava que o domínio sobre outros organismos é o que constitui o homem um fator geográfico, questão que o fez encarar o processo colonial enquanto migração dos povos. Tal perspectiva é reforçada pela adoção de métodos tributários das ciências naturais.

Gonçalves & Azevedo (1982, p. 23) apontam para a interligação tradicional entre o pensamento geográfico e o fenômeno do imperialismo. Destacam ainda que na geografia os conceitos e noções constituídos nos termos da dominação se passam por palavras “neutras”, como região, por exemplo, sendo esse movimento de neutralização e afastamento de seu significado de origem, próprio dos que “detém os meios de produção e de circulação de ideias”, na busca pela reprodução concreta do sentido original da dominação presente em tais conceitos (*Ibid*. p. 24). O discurso geográfico aparece como justificador do imperialismo e colonialismo moderno, tanto em Ratzel quanto na geografia regional de La Blache, sobretudo no movimento de vulgarização de suas teorias, que se constrói sob o prisma da compreensão da unidade terrestre que naturaliza a chamada divisão internacional do trabalho. De acordo com Gonçalves & Azevedo: “O caráter 'natural' da divisão internacional do trabalho, subjacente

na ideologia do determinismo geográfico, produzia não só livros e teses mas também lucros e sofrimentos" (*Ibid.* , p. 25).

Em vista disso, em acordo com Damiani (2005, p. 65), podemos pensar que, além da análise positiva da colonização, a geografia considerada clássica, com exceção de Reclus, reiterava a forma do Estado – em consonância com o processo de modernização e reprodução ampliada do capitalismo – como civilizatória. A noção de meio geográfico pressupunha a atividade humana como elemento ativo, ação transformadora, na relação do homem com a natureza, que conformava o Estado como sujeito do processo civilizatório. A geografia do século XIX, ainda segundo a autora, busca encontrar na relação homem-natureza, a identidade da humanidade no meio geográfico, compreendendo o meio enquanto natureza humanizada.

Nesse aspecto, concordamos com Silva (2012, p. 78) ao afirmar que "a formação territorial é um processo objetivo posto em movimento pela forma-mercadoria; colonizadores, estatistas e cientistas a reiteram porque estão sujeitados a tentar garantir seu lugar na divisão social do trabalho". Segundo o autor, as 80 navegações ibéricas que iniciaram o processo de colonização no século XV nunca poderiam ser somente consideradas enquanto processo de "humanização do ecúmeno", de migração, ou mesmo na perspectiva de evolução do meio geográfico, pois, ao realizar a dominação territorial e extermínio de pessoas no chamado "Novo Mundo", esse processo "necessariamente institui, às costas dos sujeitos colonizadores, uma forma de dominação reificada" (*Ibid.*, p. 79-80). O que era entendido por esses autores, *cum grano salis,* como migração, determinada pelas relações entre homem e meio, sociedade e natureza, no movimento de evolução do meio geográfico, se constituía em realidade como uma relação social historicamente específica, moderna, enquanto processo de colonização que "sujeita toda uma constelação de sociedades com distintas formas de organização da produção material da vida a um mesmo denominador comum através da forma-mercadoria" (SILVA, 2012, p. 79). Assim, ainda segundo Silva, esse processo ocorria "em consonância com a acumulação capitalista". Aprofundaremos-nos em tal questão a partir da análise do movimento de crítica à geografia clássica.

Movimento de crítica e totalidade capitalista

Em 1934, como desdobramento de uma política cultural e científica empreendida pela França na América Latina, chegou ao Brasil a missão francesa ultramarina contratada para inaugurar as atividades docentes na Universidade de São Paulo. No primeiro ano, o curso de geografia da USP recebeu o professor Pierre Deffontaines, o qual permaneceu no país apenas até o ano seguinte. Em 1935, o perfil do grupo de professores franceses se alterou assim como a duração dos contratos, agora de três anos: tratavam-se de jovens *agrégés*, sem experiência no ensino superior. Neste segundo momento, a geografia recebeu o professor Pierre Monbeig, que permaneceu no país por anos desenvolvendo sua

pesquisa em território brasileiro. Entre o primeiro e segundo ano da missão vieram importantes pesquisadores e professores no domínio das humanidades, dentre eles: Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, Braudel, Lévi-Strauss (Biblioteca Nacional, 2009). É importante ressaltar que, em relação a Pierre Monbeig – diferentemente de Deffontaines – sua pesquisa no Brasil o levou a tensionar com a perspectiva lablacheana em vários aspectos. Em sua obra *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* (MONBEIG, 1984) esse tensionamento está explícito em várias passagens ao demonstrar os limites do possibilismo a partir de sua experiências e estudos na chamada frente pioneira.

Concomitante ao nascimento da geografia de tradição lablacheana no Brasil, a geografia anglo-saxã despontava sobretudo com os estudos do geógrafo norte americano Richard Hartshorne e de sua principal obra *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, publicada em dois volumes em 1939. A partir do resgate de geógrafos alemães, principalmente da obra de Alfred Hettner, Hartshorne se aprofundou no estudo da epistemologia da geografia e na questão da diferenciação das áreas como ponto fundamental desta ciência (COSCIONI, 2015).

A partir de uma perspectiva neokantiana do pensamento, Hartshorne afirmava que a identificação da diferenciação espacial, ou a divisão de regiões, "seria fruto de um processo intelectual fundado no ponto de vista do pesquisador e permitiria a construção de diversas formas de classificação do espaço", segundo Leite (2012, p.117). Nesse sentido, ditas áreas "não seriam autoevidentes, devendo ser definidas a partir de uma construção mental do pesquisador" na consideração de "elementos empiricamente significantes". À geografia, segundo essa perspectiva, caberia dedicar-se a descrição e explicação das diferentes áreas e não "investigar a gênese e o desenvolvimento dos fenômenos" (*Ibid*.). O espaço, assim, estaria relacionado a um atributo do pensamento, sendo o geógrafo o cientista capaz de sistematizá-lo, de realizar diferentes regionalizações, de acordo com os objetivos postos em questão. A recuperação do pensamento kantiano na geografia foi alvo de diversas críticas, principalmente por parte de pensadores influenciados pelas referências teóricas do Círculo de Viena, responsáveis por estabelecer "a ponte entre o positivismo lógico e a Geografia", como salienta Leite (2012, p. 117) a partir das análises de Lecione. Nesse aspecto, grande parte das críticas reivindicava o caráter nomotético da geografia, deixado de lado pela geografia regional de Hartshorne, dedicada ao estudo das particularidades, excepcionalidades. A preocupação com a formulação de leis estritamente geográficas fundamentava-se na exigência de produção de enunciados gerais, "que fossem passíveis de verificação e que se baseassem em uma linguagem comum a todas as ciências, considerada possível por meio da matemática" (LEITE, 2012, p. 118). Além disso, partindo do que era entendido como premissas claras, precisas e delimitadas, visava-se por meio da investigação científica atingir a objetividade, daí a importância da estatística como método para a chamada Nova Geografia, teorética

e quantitativa (LENCIONI, 1999, p. 134).

Na segunda metade do século XX, num movimento articulado de crítica à geografia clássica e à Nova Geografia, aparecem a Geografia Crítica e a Geografia Ativa, sendo que, em especial a primeira, possui influências declaradas do marxismo enquanto pensamento crítico.

A partir de uma discussão crítica com a geografia política clássica – influenciado sobretudo pela crítica pós-estruturalista ao "Poder" realizada por Foucault – com base nos escritos de Ratzel, Raffestin (1993) acusa a geografia de voltar seus olhos à centralidade do poder do Estado e, dessa forma, critica o totalitarismo da identidade entre Poder e Estado expresso e afirmado nesta concepção unidimensional e paradoxal de ciência. Nesse sentido, a linguagem teria um papel fundamental no movimento de homogeneização e heterogeneidade social, lidas enquanto conceitos formadores de uma coerência reproduzida na geografia do Estado. Em relação aos estudos de geografia humana, Raffestin atribui a essa ciência a capacidade de explicitar a consciência do conhecimento e da prática dos homens em relação ao espaço. Ao fazer isso, a geografia deve decifrar as relações de poder inerentes a toda produção que se apóia no tempo e no espaço, segundo o autor. Propõe, assim, uma análise multidimensional do espaço, a partir de uma problemática relacional que considerasse a diferenciação espacial e tornasse inteligíveis outras relações de poder, de modo a possibilitar a interpretação e prática espacial de outros atores coletivos de caráter não institucional. Assim, a concepção do todo para este autor envolveria momentos e relações que tradicionalmente estavam ocultas na geografia política clássica, que se desenvolvia em função do Estado: momentos estes que deveriam ser explicitados pela análise geográfica.

Em consonância com a crítica empreendida por Raffestin e sob a perspectiva de crítica à geografia clássica lablacheana, Lacoste (1998) afirmara que esta ciência serviu como saber estratégico, isto é, como poder nas mãos do que chamou de Estados-maiores (os Estados Nacionais, as grandes empresas e organizações, principalmente). O instrumento por excelência utilizado para este fim era a carta e os elementos de cartografia criados por oficiais e para oficiais. Entretanto, a finalidade estratégica e militar a que serve o conhecimento geográfico, segundo o autor, se potencializara na medida em que há um obscurecimento deste caráter por meio da geografia escolar e universitária, que mascara a utilidade prática da análise do espaço através de um discurso ideológico da geografia como saber "neutro", como uma disciplina que parece "inútil". Nesse aspecto, Lacoste, assim como outros geógrafos contemporâneos a ele, salienta uma espécie de "despolitização" da geografia em sua dimensão acadêmica e escolar, ficando resguardado seu caráter de conhecimento estratégico aos quartéis e Estados. Isso se constituiria num monopólio de tal saber, de modo a impossibilitar o conhecimento e o uso prático da geografia segundo interesses voltados para a sociedade civil. Nesse

sentido, além de elaborar uma crítica aprofundada à chamada geografia clássica e sua instrumentalização bélica, Lacoste aponta para o ponto de intersecção entre a Geografia Crítica e a Geografia Ativa, sendo que o próprio autor, junto a outros geógrafos (Pierre George, Kayser e Guglielmo), lança, em 1964, o livro *A Geografia Ativa*.

Do ponto de vista da cultura social, segundo Lacoste (1998), a geografia tornara-se espetáculo, onde as paisagens tidas como imagens-mensagens são capituladas pela *mass media,* colocando os indivíduos em situação de passividade, tornando, assim, difícil a apreensão das relações espaciais que se dão como prática global. Alerta ainda para o movimento de naturalização da ideologia nacional por meio de fundamentos físicos e naturais do espaço. Lacoste acusa Vidal de La Blache de produzir uma geografia que servia a esse fim. Afirma ainda que a cartografia – a partir da consideração de diferentes escalas e ordens de grandeza, bem como a intersecção de conjuntos espaciais – permite construir representações do espaço como ferramenta para melhor se compreender a complexidade geográfica do mundo e suas transformações. Esse seria o caminho da Geografia Ativa para o autor, que visava à associação do raciocínio estratégico e geográfico no intuito de desenvolver os outros sentidos da geografia, pois ela não serviria só para a guerra.

Em relação à adoção do marxismo na perspectiva da Geografia Crítica, principalmente de caráter regional, é possível reconhecer, entre outros fatores, a apropriação das noções do desenvolvimento desigual e combinado e do subdesenvolvimento, no qual a totalidade vai ser considerada na relação entre as partes e o todo, agora sob “uma perspectiva histórica e social (...) estando sustentada na contradição entre as classes” (LEITE, 2012 p. 120). A continuidade da afirmação kantiana da determinação arbitrária do pesquisador sobre o recorte espacial eleito se desdobra, nas análises de Milton Santos e de Yves Lacoste, respondendo as ânsias da necessidade de construção de outra perspectiva de planejamento fundamentada na crítica distributivista que orienta suas análises a partir de afirmações acerca da necessidade de organização e redistribuição espacial da riqueza concentrada. Leite aponta como esta tradição de crítica “esteve ligada à consolidação de uma 'esquerda' política nacional, para a qual o planejamento e o próprio sentido da ação do Estado deveriam ser disputados” (2012, p. 121). O socialismo, ou ainda, a perspectiva social democrata como horizonte político, e científico, estava implícito em tais análises. A preocupação com a distribuição dos recursos sobre o território e entre os considerados diferentes “agentes espaciais”, por sua vez, constitui-se como crítica à “Teoria das Localidades Centrais” de Christaller, no movimento da Geografia Ativa que afirmava a necessidade da intervenção da ciência geográfica na construção de teorias que tratassem da questão das desigualdades a partir de uma perspectiva prática e positiva quanto ao caráter específico do espaço dos países subdesenvolvidos, para que dessa maneira fosse possível “desenvolver teorias que

tenham sentido tanto para os geógrafos como para os cidadãos." (SANTOS, 1980, p. 88-89). A efetivação desse processo de desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos, de acordo com a elaboração de Santos, deveria ser impulsionada pelo Estado.

No movimento de crítica à Nova Geografia, Santos recupera a perspectiva da geografia como ciência capaz de formular leis gerais. Na década de 1970, o autor propôs a realização de uma "teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial" própria aos países subdesenvolvidos, através de uma "análise sistemática, capaz de conduzir à formulação de princípios gerais" (SANTOS, 2004, p. 26). Chamava atenção, dessa forma, para a necessidade de se entender e estudar a especificidade dos países subdesenvolvidos, em sua dimensão histórica e organizacional, em relação aos países desenvolvidos, de modo que fosse possível compreender os impactos do que o autor chamou de "modernização tecnológica" nos países subdesenvolvidos, sem ter que recorrer a conceitos e perspectivas transplantadas irrefletidamente dos países desenvolvidos (SANTOS, 2004, p. 18).

Segundo Damiani (2000, p. 24), a Geografia Crítica, considerando a forma de desenvolvimento como modernização capitalista específica aos chamados países subdesenvolvidos, passa a incorporar no universo de suas análises elementos do real até então obscurecidos. Nesse aspecto, a crítica à dominação social e espacial – sob o pano de fundo do que era entendido como imperialismo, dentre as análises marxistas – se constitui considerando a forma urbana, articulada ao mundo industrial, como necessária aos processos de concentração do capital enquanto força de trabalho, meios de produção e infra-estruturas. A questão urbana emerge num momento em que as metrópoles, de acordo com a autora, se expressam "como detentoras da universalidade dos processos sociais", uma vez que apresentam a negatividade de tais processos, principalmente em relação ao mundo do trabalho (desemprego estrutural, aumento do mercado informal de trabalho, hipertrofia do setor terciário, entre outros) (*Ibid.*, p.31). Assim, a urbanização crítica presente em países como o Brasil, nas palavras de Damiani (2000, 2005), sintetizaria esse momento crítico do capitalismo enquanto totalidade e seu movimento negativo como processo social sob o capital.

No Brasil travou-se um longo debate na geografia e nas ciências sociais a respeito das causas e conseqüências da pobreza no país, entendida principalmente no contexto de discussões sobre a especificidade do desenvolvimento capitalista nos países de Terceiro Mundo, também chamados de países subdesenvolvidos. Sobre essa temática, nas ciências sociais, destacam-se sobretudo os debates realizados no âmbito dos estudos do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), cujas teses, inseridas nas discussões sobre os processos de industrialização e urbanização do país, de certa forma se contrapunham à visão Cepalina desenvolvimentista e às teorias da modernização que se situavam sob uma perspectiva dualista de desenvolvimento nacional. Reconhecemos que tanto as

reflexões de Milton Santos na geografia, quanto de Francisco de Oliveira, nas ciências sociais, tinham como base questões e críticas postas por interlocutores comuns, como os pensadores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e principalmente as discussões sobre o subdesenvolvimento realizadas por Celso Furtado. Todavia, Santos (2004) parte do contexto desses questionamentos para formular uma teoria espacial sobre a economia urbana, representada pela divisão do espaço em dois circuitos, a partir do que compreendemos como uma tentativa de leitura espacial do fenômeno do imperialismo.

Para Oliveira, era necessário criticar o modelo considerado dualista desenvolvido pela concepção cepalina, o qual afirmava que o processo de industrialização no Brasil efetivou um setor "moderno" referente às formas urbano-industriais de acumulação deixando o outro "atrasado", que carregava ainda as características de uma economia agrário-exportadora primitiva, enquanto característica fundamental do subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 2003, p. 48). Santos (2004) em sua obra "O Espaço Dividido", sob o pano de fundo de constatações próximas as de Oliveira acerca do dualismo cepalino, não só questiona o caráter teórico que versava sobre a situação histórica econômica e social do país como também se preocupava com a constituição de uma teoria espacial que expressasse concretamente essa especificidade dos países subdesenvolvidos e a relação de dominação exercida pela economia dos países centrais.

Estabelecendo os laços com a economia política pensada por Furtado nas décadas de 1950 e 1960, a teoria espacial fundamentada na ideia de dois circuitos da economia urbana afirma que as novas formas de produção e comércio, resultado da modernização tecnológica, provocam uma "deformação na estrutura de consumo" (SANTOS, 2008, p. 95). Dessa forma, mantém-se a ideia de que poderia existir um nível ou qualificação ótima de consumo (segundo a noção de padrão de consumo e renda, presente nas estatísticas norte-americanas sobre a população), partindo de uma noção que tem como pano de fundo a concepção de equilíbrio, de sistema equilibrado. Assim, o desdobramento dessas reflexões para a realidade das décadas seguintes conduz o autor à crítica da globalização enquanto movimento de uma totalidade sistêmica:

> Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea. (SANTOS, 2008, p. 145)

A descrição do processo de globalização nesses termos reitera a ideia de uma ordem natural oculta atribuída ao espaço nacional que é perturbada com "forças" e "vetores seletivos" das variáveis modernas externas, perturbações que levam a desequilíbrios e instabilidades, necessitando de

regulação e ordenamento (técnico-estatal, em outras palavras, tecnocrático) para seu restabelecimento.

Em seu livro intitulado *A Natureza do Espaço*, Santos (1996), diante do fenômeno entendido como globalização, afirmava a premência de uma revolução epistemológica na geografia, enquanto constituição de um sistema de pensamento que buscasse entender o espaço geográfico. O espaço da globalização, segundo o autor, permite um tratamento objetivo da noção de totalidade, enquanto universalidade empírica, num movimento metodológico que vai da consideração do universal para o particular e vice-versa. A mediação deste movimento se daria pela noção de evento e de divisão do trabalho. O conhecimento supõe a análise que por sua vez pressupõe a divisão: a decomposição do todo real é o processo de sua subdivisão, de acordo com Santos. Assim, a partir da ideia de totalidade e totalização seria possível o encontro de um método de conhecimento geográfico que garantiria a unidade da geografia e o conhecimento de uma totalidade em movimento. Para este autor, a análise da técnica em sua unicidade, na qualidade de sistema, conferiria um método à ciência geográfica capaz de compreender o espaço a partir de diferentes manifestações que compõem sua existência. Nesse sentido, a centralidade da técnica conferiria também coerência entre as categorias internas e externas ao espaço, além de ser reveladora da produção histórica da realidade, de suas formas de empirização do tempo em objetos técnicos e informacionais. Dessa maneira, Santos abandona a ideia da unicidade ou da unidade terrestre em favor da totalidade, no entanto, desenvolve uma perspectiva ontológica da técnica, atrelada à ontologia do espaço, sendo que a inserção da perspectiva histórica se dá a partir da consideração da evolução do meio geográfico promovida pelo desenvolvimento técnico da sociedade. Tal perspectiva possibilitaria identificar ao menos três formações e estágios distintos do meio geográfico ao longo da história, segundo sua “densidade técnica”: meio natural, meio técnico e meio técnico científico-informacional, sendo esse último o que caracterizaria o fenômeno hodierno da globalização. Todavia, contra uma globalização considerada perversa, o autor ressaltava a "força do lugar", como potência que se manifesta na emoção e na materialidade, em objetos e corpos, que constroem "horizontalidades" a partir do uso da técnica. Santos reconhece que Vidal de La Blache, tomou partido da noção de progresso técnico em sua elaboração de uma ciência de sínteses, o que colocaria o autor como pioneiro na realização de uma geografia vinculada às técnicas. A noção de gênero de vida de La Blache, segundo Santos, abrange as noções de técnica, sociedade e meio geográfico, de modo a conceber a formação de um conjunto coerente entre esses três momentos.

Alfredo critica profundamente a perspectiva de estudo da técnica pela geografia miltoniana, uma vez que, de acordo com o autor, isso expressaria um percurso fisiocrático do pensamento e certo retorno ao “possibilismo lablacheano atualizado”, em que “a relação entre forma e função nos dá a

racionalidade completa daquilo que se põe como totalidade do moderno" (2009, p. 14). O estudo da técnica retira completamente seu caráter contraditório de desenvolvimento das forças produtivas, categoria marxiana que expressa à determinação tautológica da lógica social concebida na dialética categorial de Marx, já que o sentido do desenvolvimento das forças produtivas é desenvolver as forças produtivas, e isto se constitui como movimento negativo do capitalismo como totalidade. Nesse sentido, a positivação na análise do desenvolvimento da técnica, para Alfredo, leva a uma crítica romantizada do processo de modernização. Tal crítica romantizada se complementa com a substituição da análise da forma mercadoria pela análise dos objetos (*Ibid.*)

A geografia miltoniana – além de carregar a preocupação com a desigual distribuição dos recursos e desenvolvimento técnico sobre a Terra – é marcada ainda pela incorporação da fenomenologia nas análises geográficas, voltando-se para o reconhecimento e análise do espaço vivido e de suas representações (LENCIONI, 1999). Entretanto, compreendemos, em acordo com Alfredo, que o entendimento do processo social na forma da análise do desenvolvimento técnico retira o caráter crítico do processo: não existe crise na aparência do movimento de modernização do capital lido "espacialmente", como desenvolvimento da técnica enquanto atributo "natural" da sociedade, deixando no lugar uma crítica moral dos efeitos injustos do ponto de vista humano e social do consumo e do sistema. Segundo a perspectiva da teoria espacial, "as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares" (SANTOS, 2008, p. 28). Noções como arranjo, ordem, organização e principalmente função emergem para dar sentido ao que o autor reconhece como totalidade. Em vista disso, o espaço toma feições newtonianas em suas análises, onde o processo de modernização é frequentemente encarado como uma "força" que vem do centro e que não atinge a periferia no mesmo momento. Como o autor está na perspectiva de entendimento da totalidade e não de crítica a esta, a questão posta pela contradição do desenvolvimento capitalista – enquanto contradição interna da forma mercadoria e do aumento histórico da composição orgânica do capital, como desenvolvimento das forças produtivas – aparece como um problema que a geografia deve tratar sob a noção de escala, onde as variáveis atuam segundo o nível (do espaço) considerado. O problema para a pesquisa em geografia, nessa perspectiva, seria então o de desvendar as relações entre forma, função e estrutura do espaço, atrelando, dessa maneira, a lógica contraditória da acumulação e do processo de modernização capitalista a uma explicação e nomenclatura que se assemelha à mecânica dos fluidos e das leis da termodinâmica (RIBEIRO, 2015).

Embora alguns elementos de natureza positiva e fisiocrática permaneçam, de maneira geral, nas análises de diversos autores reconhecidos da Geografia Crítica, Damiani (2005) sinaliza, na passagem da concepção de meio para a de espaço, uma dialetização da geografia que aponta para a superação

da geografia clássica pela Geografia Crítica.

> Se o meio, humanizado, seria a tradução da humanidade do homem e da natureza humanizada; o espaço geográfico seria a contradição entre o homem e a natureza; o embate entre os homens, o domínio da natureza não coincidindo com a apropriação da natureza (DAMIANI, 2005, p. 66).

Nesse sentido, segundo a autora, a passagem do entendimento do meio para o entendimento do espaço como objeto da geografia "se resolve numa universalidade abstrata", ao considerar o espaço como mercadoria, se homogeneizando, "tornando-se apropriado para uma finalidade de compra e venda e não de satisfação de necessidades cada vez mais humanas" (*Ibid.*). A Geografia Crítica, nessa perspectiva, teria problematizado o argumento estritamente positivo e identitário quanto à relação social e espacial estabelecida na modernidade e, em certa medida, teria questionado também o caráter abstrato da dominação capitalista que cada vez mais subjuga as necessidades concretas humanas.

Em acordo com essa perspectiva de análise geográfica, refletindo sobre o fenômeno da globalização, Harvey (2011) compreende a totalidade atrelada aos imperativos da expansão capitalista, a partir de uma concepção histórica e marxista de acumulação. Para este autor, o momento atual é marcado pela expansão e desenvolvimento do capitalismo em sua forma financeira. Harvey mostra como o sistema vai encontrando saídas políticas, tecnológicas e organizacionais às constantes crises, ligadas à interrupção dos fluxos de capital, que se põem como barreiras à acumulação e desenvolvimento capitalista. Este autor consegue estabelecer o nexo entre Estado e finanças no movimento de acumulação de capital por meio da identificação do aparecimento da política neoliberal como projeto de classe, na crise da década de 1970. Desde então, aponta, em suas análises, como a adoção do neoliberalismo, como posição política ligada ao capital, vem privilegiando a proteção das instituições financeiras em detrimento de políticas sociais, numa lógica de privatizar os lucros e socializar os riscos da produção e reprodução capitalista. Para o autor, isso se constitui numa irracionalidade que se manifesta nas crises financeiras ocorridas ao longo da história do capitalismo. Ademais, associa a crise do sistema financeiro com a crise do mercado imobiliário, de modo a compreender como o capitalismo sai da crise investindo na produção do espaço, em construções e infra-estruturas baseadas em créditos de alto risco. Assim, a globalização se põe como investimentos de capitais excedentes, isto é, como nova arquitetura global para facilitar o fluxo internacional de capital para onde for mais rentável, ocasionando a desregulamentação financeira das economias nacionais, sobretudo em países em desenvolvimento. Isso produz um sistema financeiro globalmente interligado sob a hegemonia norte americana, decorrente de seu poderio militar e do dólar como moeda mundial. A tecnologia e novas formas organizacionais, segundo o autor, aceleram a circulação do capital, pois as inovações permitem

lucros superiores, dada a tendência à redução geral das barreiras espaciais. Esse processo se desenvolve a partir do controle da burguesia frente ao Estado e às instituições financeiras, através do dinheiro como forma de poder social que resulta em cada vez mais centralização do capital.

Em vista disso, Harvey (2011) afirma que as redes geográficas são construídas para facilitar os fluxos do capital financeiro global que se deslocam das zonas de excedentes de capital para as zonas de escassez. Esse processo é chamado pelo autor de "ajuste espacial" como absorção, principalmente pelo processo de urbanização e construção de infra-estruturas, do capital excedente global. Nesse sentido, este geógrafo reconhece que a reprodução ampliada é uma necessidade do sistema capitalista e o enigma de sua sobrevivência. O desenvolvimento geográfico desigual e a diferenciação geográfica entre os lugares são condições necessárias para a acumulação de capital. A produção do espaço geral e a urbanização constituem-se como grande negócio do capitalismo, provocando intensos impactos locais advindos das dinâmicas globais. O autor considera para tal reflexão, uma noção de sete esferas de atividades distintas na trajetória evolutiva do capitalismo – uma teoria co-evolutiva– inspirada em como Marx pensa as formas tecnológicas e organizacionais. Segundo Harvey, essas formas revelam a relação ativa do homem com a natureza, permitindo a formulação de princípios da geografia atrelados à identificação entre a ampliação constante do capitalismo e os aumentos dos fluxos globais que constituiria a acumulação por processos de desposseção em nível global.

Desse modo, compreendemos que a noção de totalidade na geografia, na perspectiva apresentada por Harvey, além de fundamentar-se na noção de desenvolvimento desigual e combinado envolve a análise da geografia histórica do capitalismo enquanto concepção de evolução do meio geográfico como relações entre espaço e tempo periodicamente revolucionadas, que traz a dimensão da superação de limites e barreiras pela acumulação do capital. O domínio da natureza como conquista do espaço e do tempo é inexorável ao mundo do capital, segundo o autor.

Para Alfredo (2009), a necessidade de reiteração afirmativa do espaço e do tempo está relacionada à conformação de um “objeto disciplinar” que obnubila as contradições da modernização, já que tais noções fundamentam-se numa concepção materialista do espaço. Ainda segundo o autor, mesmo a geografia considerada crítica acentua os termos dessa materialidade, fundamentadas no Materialismo Histórico e Dialético. Nesse sentido, Harvey, ao incorporar o marxismo como horizonte teórico – considerando o desenvolvimento desigual e combinado e a crítica ao chamado “novo imperialismo” – identifica a produção do espaço à dinâmica de valorização do capital. Para o autor, a própria noção de produção do espaço está indissociavelmente ligada à sua valorização.

Diante do exposto, podemos considerar novamente o movimento de crítica elaborado por Alfredo (2009, 2010), em consonância às reflexões de Damiani (2005), em relação aos limites categoriais

obscurecidos pela positivação do trabalho concreto, do valor de uso, enfim, daquilo que aparecia à Geografia Crítica como momento ligado à concretude do desenvolvimento humano. Segundo Damiani (2005, p. 61), a geografia crítica marxista reconheceu os elementos constitutivos da mercadoria – valor de uso e valor de troca – entretanto é comum encontrá-los separados, autônomos nas análises "como se fosse possível falar de um ou de outro separadamente": a relação interna e negativa entre valor de uso e valor de troca, na consideração da mercadoria, permanecia, assim, não considerada. Nesse sentido, o trabalho, para tais análises, é considerado como atividade humana em geral, o que confere os termos da ontologia do trabalho atrelada à ontologia do humano. Todavia, nessa perspectiva, o capitalismo promove a metamorfose do trabalho útil, concreto, que se realiza como trabalho abstrato, sem perder seu caráter concreto. Dessa forma, o trabalho como atributo do homem se colocaria, ao mesmo tempo, como negação da sua humanidade, uma vez que a sua realização sob o capitalismo se dá de forma abstrata. Essa perspectiva de análise na geografia absorveu a crítica da economia política numa versão estrutural do marxismo, segundo Damiani (2005, p. 66). Nesse sentido, conforme aponta Alfredo (2009, p. 2), tal perspectiva de crítica não contempla "a crítica necessária a uma sociedade determinada por abstrações", por se ater a materialidade do real como objeto de estudo e assim limitar o potencial dialético e negativo da contradição existente entre concreto e abstrato que constitui a totalidade capitalista. Em vista disso, a crítica negativa que se propõe analisar as contradições e não só o movimento positivo e reiterativo das categorias do capital passa a considerar os limites dessa sociabilidade, dentre outros fatores, principalmente, enquanto não coincidência entre processo de produção e valorização, num movimento de expansão e ao mesmo tempo de crise fundamental do capital.

Segundo Alfredo (2010, p. 37), a crítica ao capital e ao que se constitui como a totalidade capitalista "exige um pensamento sobre a crise, porque nele se expressa à negatividade". Nesse sentido, o movimento identificado por Harvey como "ajuste espacial" não poderia ser considerado uma forma de reiteração da acumulação capitalista enquanto processo de valorização, uma vez que o crescimento do setor imobiliário como um dos principais ramos de investimento do capitalismo mundial, a partir dos anos 1970, é parte integrante da aparência de autonomia do dinheiro em relação ao setor propriamente produtivo (*Ibid*., p. 51), processo que fundamenta histórica e logicamente o capital fictício como mediação necessária à totalidade capitalista desde então. Alfredo argumenta que tal ascensão mundial do setor imobiliário advém de um excedente de capital derivado de sua alta produtividade que "não encontra parâmetros remunerativos em seu investimento propriamente produtivo, ou naquilo que a economia política chama de capital real". Em vista disso, esse setor é especulativo, uma vez que a ascensão dos preços não remete imediatamente à valorização do capital e

porque "a sua forma de operacionalizar permite uma circulação do capital financeiro" (*Ibid.*). Esse movimento é fundamentado em capital improdutivo que cresce conforme a demanda desses próprios capitais, acima da capacidade solvável da sociedade por meio da demanda dos salários. A ascensão dos preços, assim, ocorre desacoplada da própria produção do valor e como mera circulação de créditos. Nesse sentido, a ficcionalização do capital – advinda sobretudo com a terceira revolução industrial, a partir da década de 1970 – teria posto o limite da crítica à concepção espaço-temporal de valorização do espaço, uma vez que tal concepção encontra-se amarrada a analise da dimensão concreta e material deste. Tais análises fundadas na concretude do espaço são fetichistas pois, tendo em vista a produção de materialidade, a condição coisificada de valores de uso acaba por determinar a "consciência objetivada da subjetividade, sob o capital", (ALFREDO, 2010, p. 39). Portanto, a identificação da produção do espaço – enquanto materialidade, valores de uso – com o processo de valorização impediu as análises baseadas no materialismo histórico e no desenvolvimento desigual e combinado de observar a crise de valorização do valor, já que o aumento monstruoso de mercadorias aparece, dada sua condição fetichista, como crescimento de riqueza e capacidade infinita do capital acumular (*Ibid.*).

Nesse sentido, percebemos – no movimento crítico que pautou os termos da chamada Geografia Crítica – certo desengajamento da teoria da crise apontada por Marx n'*O Capital*, em que o processo de modernização, o qual deveria ser alvo da crítica, tendo em vista sua negatividade, é conformado na teoria e na crítica distributivista, expressando aparentemente uma racionalidade perfeita quanto ao desenvolvimento capitalista, sendo a pobreza e as mazelas de seu processo atribuídos à ineficiência política e aos conflitos de classe.

Crítica à totalidade capitalista como crítica do valor dissociação

A preocupação com a totalidade enquanto categoria constitutiva do capitalismo – assim como o entendimento das fases históricas específica a este modo de produção – esteve presente nas discussões marxistas que consideraram, como principal ponto de partida da análise, os esquemas de reprodução desenvolvidos por Marx no volume II d'O Capital (MANDEL, 1985, p. 15). Sob o contexto de guerras e crises econômicas que caracterizavam o chamado imperialismo na primeira e segunda década do século XX, a constituição da metafísica real do capital e o problema posto à sua reprodução e limites enquanto sistema social global passa a ser objeto de análise e crítica de autores marxistas, como Rosa Luxemburgo (1985) e Grossmann (1979) (KURZ, 2014). Desde o final do século XIX, as crises de superprodução do capitalismo se faziam cada vez mais frequentes. O problema que movia as reflexões sobre o imperialismo enquanto necessidade histórica e contraditória de reprodução do capital estava posto na produção de um capital excedente para o qual não havia meios lucrativos de

emprego no interior das economias nacionais, o que poderia conduzir ao colapso econômico do sistema (HARVEY, 2004, p. 44). O desenvolvimento do modo de produção capitalista pressupunha, segundo Mandel a "criação de um meio sóciogeográfico adequado a suas necessidades", o mercado mundial (1984, p. 4). A temática da dependência e da dominação estrangeira surge, assim, como questão que ultrapassa os limites disciplinar da geografia (PORTO-GONÇALVES; AZEVEDO, 1982, p. 23), sendo elaboradas a partir da adoção de acepções marxistas por parte de intelectuais em diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, a Geografia, segundo Alfredo (2004, p.2) compreendeu a transformação e produção do espaço como forma de "reafirmação de sua importância parcelar diante do comércio científico", tornando as contradições postas pela crise de reprodução ampliada do capital como "forma de expressar a sua importância como ciência" em que a negatividade do processo foi obscurecida ou articulada à análise da totalidade de forma sistêmica e funcional.

Como metafísica social real, o valor das mercadorias não provém das características físicas e essenciais do objeto, de seu valor de uso, mas sim do tempo social médio de trabalho necessário a sua realização (MARX, 1988a, p. 71). A forma mercadoria, segundo Marx, se estabelece de maneira fetichista, pois a relação entre os produtores aparece como sendo a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho, isto é, uma relação entre coisas e não entre pessoas, postas numa dada sociabilidade. Assim, a forma mercadoria constitui-se a partir da contradição existente entre seus dois fatores: valor de uso e valor (MARX, 1988a, p. 48). A forma valor carrega a forma abstrata de ser do trabalho e a forma abstrata da equivalência, o que permite que duas mercadorias diferentes sejam trocadas por meio de um fundamento comum, o trabalho: como trabalho simples e abstrato; como tempo social médio necessário à produção das mais diferentes mercadorias. Assim o trabalho se constituiria como o fundamento social da sociedade capitalista produtora de mercadorias (POSTONE, 1993). No entanto, o sentido do sistema capitalista, de acordo com Marx, não é a simples produção de mercadorias, mas sim a produção de valor, ou ainda, a valorização deste no processo produtivo por meio de extração de mais-valia, como exploração produtiva de trabalho abstrato. A fórmula geral do capital, D – M – D' (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro acrescido de mais-valia, MARX, 1988a, p. 124) expressa o dinheiro e a mercadoria funcionando "apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral e a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência" (MARX, 1988a, p. 148). O valor, enquanto tempo de trabalho socialmente médio, para se realizar precisa passar por suas diferentes formas no processo de circulação do capital. O preço, enquanto expressão monetária deste, pode imputar a qualquer forma, objeto, ação, a forma mercadoria, pois tudo acaba tendo um preço, mesmo que não tenha valor. Contudo, é inerente a essa forma a possibilidade de não coincidência entre o preço a grandeza de valor que ela reflete. A

passagem contínua do valor de uma forma a outra na circulação, atentando para a simultaneidade e concorrência posta pela circulação dos diferentes capitais particulares, confere ao valor um caráter de "sujeito automático", em que o movimento de adição de mais-valia é seu próprio movimento de destituição, dada a tendência a expulsão de trabalho vivo do processo (RIBEIRO, 2015).

Em Marx (1985), a mediação social da mercadoria e do capital estabelece o capitalismo como totalidade contraditória, em que as demais particularidades do sistema e as formas que tal contradição assume não estão separadas dos desdobramentos sempre críticos desta contradição, apesar de aparentarem autonomia em relação à mediação, já que são objetivadas em uma mercadoria, ou na mercadoria desdobrada, o dinheiro. Este duplo da mercadoria se autonomiza no dinheiro (MARX, 1988, p. 269) que aparece como algo separado da forma social, e, justamente por isso, é percebido como trans-histórico e é naturalizado. Desta maneira, o dinheiro aparece no capitalismo, como qualquer outra mercadoria, contendo uma propriedade imanente natural, um valor de uso, o de auto-valorização, de transformação de dinheiro em mais dinheiro.

Nesse sentido, é preciso reconhecer a perspectiva apresentada por Toledo (2008, p. 66 apud. Leite, 2012, p.) o qual afirma que a totalidade tem existência objetiva, mesmo que fantasmagórica , porque é fetichista, nos termos da mediação da forma social do valor expressa por Marx. Este último já teria apresentado criticamente, segundo o que expusemos acima, a forma de mediação da mercadoria como forma contraditória e ao mesmo tempo totalizante no processo de modernização capitalista, em que as relações sociais e a constituição de ramos produtivos aparecem como independentes uns dos outros, conformando uma aparente autonomia dos diferentes momentos da reprodução social que compõe criticamente a totalidade.

Diante do exposto, por um lado, tal como afirma Kurz (2004) e Scholz (2008), é possível e torna-se imprescindível para a crítica teórica insistir na crítica da mais-valia tal como apresentou Marx n'O Capital, como movimento histórico da forma do valor reacoplada a si mesma (na qualidade de "riqueza abstrata") que constitui a reprodução ampliada do capital como lógica tautológica, como fim em si da valorização do valor, e que historicamente se destitui como movimento fetichista. Por outro, as categorias modernas do capital que constituem as relações de fetiche se formam historicamente por contradições que apontam para além das oposições imediatas entre trabalho e capital. Nesse sentido, o processo social põe uma miríade de disparidades sociais enquanto particularidades que não provêm unicamente como determinação geral do sujeito automático, mas da sua dinâmica histórica concreta, imbricada ao desenvolvimento crítico das forças produtivas como reprodução ampliada do capital. Ademais, à dissociação do valor é fundamentada na cisão do feminino, legado como momentos e atividades relacionadas à reprodução social e co-constitutiva a essa forma. Assim, a crítica à forma

valor como relação social que permite que coisas diferentes, enquanto forma mercadoria, sejam produzidas e trocadas por um fundamento comum (trabalho abstrato submetido ao tempo social médio necessário), bem como o fetichismo inerente ao dinheiro que precifica essa forma, combina-se à crítica a dissociação enquanto momentos obscurecidos da sociabilidade capitalista como produção de valor, que a constituem e que são necessários à sua reprodução. Nesse sentido, a dissociação de gêneros se constitui como a cisão fundamental, baseada na institucionalização do trabalho como esfera pública e a família (como instituição dominante) no âmbito da esfera privada, mas não a única: no contexto da perspectiva da dissociação valor como forma social fundamental (Scholz), o racismo, a homofobia, o anti-semitismo e outras formas de discriminação e da produção de "outros", aparentemente desvinculados do universalismo androcêntrico assente na forma valor, frequentemente são considerados como planos secundários da sociabilidade capitalista, são desvalorizados, feminilizados, na medida em que esta forma "exclui" o que está conotado com o feminino, como "o 'trabalho' doméstico, a sensualidade, a emocionalidade, o não analítico, o inequívoco, o que não possa ser claramente compreendido e localizado com os meios da ciência". (Scholz, 2004, sem paginação). Enquanto universalismo androcêntrico assente na forma valor, Scholz (2004, 2008) e Kurz (2007, 2014) apontam para os sentidos sociais que a abstratalidade assume como forma social, uma vez que esta contém na sua abstração aparentemente homogênea da 'individualidade em geral' uma particularidade historicamente bem relativa, nomeadamente a do sujeito masculino branco ocidental (MBO) (KURZ, 2005).

Em vista disso, é preciso observar que a totalidade conformada pelas categorias do capital e da dissociação sexual como forma de mediação social encontra-se em processo contraditório e, portanto, em constante transformação e revolucionamento. O capitalismo como contradição em processo dinamizado pelas relações de dissociação e valor encontra seu limite interno absoluto com a chamada terceira revolução industrial, principalmente a partir da década de 1970, em que os altos níveis de automatização dos processos produtivos passam a dispensar trabalho vivo em termos absolutos (KURZ 1993, SCHOLZ, 2008). Para Kurz e Scholz, esse seria o momento histórico de crise fundamental do capital, de colapso de toda e qualquer possibilidade de modernização do capitalismo no sentido do avanço das forças produtivas a partir da exploração rentável da força de trabalho. É a partir desse momento também que "as determinações supostamente ontológicas [do capital] revelam-se historicamente limitadas e decrépitas", uma vez que a substância do valor, tempo de trabalho social médio, torna-se obsoleta ao processo de produção de mercadorias (KURZ, 2007). A terceira revolução industrial, assim, apresentou uma mudança qualitativa sem precedentes no processo histórico capitalista e, ao fazê-lo, a crítica teórica carece de acompanhar tais mudanças e também se

transformar. A luta de classes como charneira da totalidade (Scholz, 2008) torna-se obsoleta diante da crise do trabalho, das novas disparidades sociais, do asselvajamento do patriarcado e do aprofundamento do racismo estrutural.

Nesse sentido, a crítica à totalidade capitalista não envolve somente a perspectiva categorial da propriedade e do direito como momentos intrínsecos à produção de valor, mas também outros momentos da reprodução social obscurecidos enquanto contradição em processo que conformam a totalidade como patriarcado produtor de mercadorias. A dissociação do feminino é condição fundamental das próprias relações abstratas do valor, como reverso destas relações instrumentalizadas, e não opostas ou descoladas delas em sentido ontológico (SCHOLZ, 2008). A forma do valor e da dissociação são formas simultaneamente de objetividade e de subjetividade social fantasmagóricas porque se movem no âmbito da contradição entre essência e aparência. Nesse aspecto, a forma do sujeito moderno corresponde à forma de valor, "sendo esta subjetividade sempre inconsciente relativamente à sua constituição" (SCHOLZ, 2008), isto é, a totalidade enquanto momento de mediação e socialização destes sujeitos e de suas formas estruturais de práxis, por mais que necessitem passar por sua consciência, se constituem como processos que se passam "as costas" (Marx) desses mesmos sujeitos (que são sujeitados à forma social).

Em vista disso, principalmente a geografia urbana de viés crítico e tributária da obra de Henri Lefebvre, tal como a desenvolvida por Damiani, se voltou para a análise do cotidiano como tentativa de desvendamento das relações de produção e sobretudo de reprodução capitalistas que estavam postas para além da fábrica, nas cidades e nos espaços tempos do não trabalho. Ultrapassando a dimensão fenomenológica do cotidiano, a posição crítica em relação à socialização primária promovida pela família, bem como pelo dinheiro, nos possibilita pensar nas formas abstratas que atravessam a cotidianidade. Contudo, a vida cotidiana se desdobra mediada pelo espetáculo e pela mercadoria, em que as coisas não se explicam por elas mesmas, senão a partir de um processo que se expressa e ao mesmo tempo se esconde quando lido sistemicamente (DEBORD, 1997). A cotidianidade, portanto, apresenta um dilaceramento, se coloca como totalidade cindida que tem certa pulsão, mas que deve ser lida negativamente. Todo esse movimento é simultaneamente ligado à lógica formal que serve à lógica da mercadoria – lógica tautológica – e esta se generaliza como forma de conhecimento científico, que carece de ser negado por um movimento de crítica não mais afirmativa do capital, mas negatória em seu sentido categorial, "como digestão da experiência de sofrimento no capitalismo de crise" (KURZ, 2007) e crítica à totalidade capitalista.

Portanto, concordamos com a elaboração de Kurz (2007) sobre a reprodução capitalista como práxis social abrangente "na qual entra a reflexão teórica". Nesse aspecto, a elaboração teórica que

fundamenta as ciências disciplinares representa um campo específico da práxis social que conforma a totalidade capitalista. Sua principal função prática é a legitimação da constituição capitalista por meio da ontologização de suas categorias: trabalho, família, reprodução ampliada etc. aparecem como "razão" ontológica, "essência humana" ou "necessidade natural", que já sempre devem ter existido, como argumentação justificadora, mas também como modo de pensar os próprios conceitos (*Ibid.).* Tal concepção lógica e ontológica é expressa na geografia também por meio da perspectiva materialista e fisiocrática do pensamento que se põe como científico ao afirmar a estrita concretude do mundo por meio do espaço, segundo Alfredo, conforme esboçamos anteriormente.

Além da legitimação das categorias do capital e da "forma sujeito" constituída capitalistamente, a teoria na forma de ciência moderna torna-se "fornecedora" de ideias e de padrões de interpretação permanentes do mundo em geral e do capitalismo em progressivo desenvolvimento. Nesse sentido, tanto as ciências naturais como as sociais produzem simultaneamente padrões de legitimação e interpretação real do capitalismo em constante desenvolvimento, também como vontade de automanutenção nessas relações. Frequentemente a forma de tratamento da contradição pela ciência, inclusive pela geografia, repõe padrões dicotômicos na análise da dimensão econômica, em que não raro, no agravamento da crise, se positiva o capital produtivo (que "gera empregos") em detrimento do capital financeiro (improdutivo e especulativo), como se fosse possível discernir os dois momentos do capital como totalidades a parte. Ademais, supor que as contradições capitalistas podem ser geridas ou contornadas no âmbito do Estado é, conforme já analisou Marx na *Na crítica à filosofia do direito de Hegel*, "pressupor inconscientemente a reprodução capitalista como base natural" (apud. SILVA, 2012, p. 89), ao não considerar, por exemplo, o racismo estrutural contido na constituição do Estado nacional como desdobramento necessário a essa forma.

Por fim, compreendemos que a suplantação da dominação categorial do capital e a transformação social passa pela crítica teórica, uma vez que a Universidade, dividida em ciências parcelares, em outras palavras, seus discursos – após 200 anos de desenvolvimento iluminista e também de suas derivações críticas – estão presentes no bom senso cotidiano sob as mais diversas formas ideológicas de "nacionalidade", "liberdade e igualdade" além da "ideologização da relação fetichista universal como bem comum", na forma burocrática do pensamento cotidiano patriarcal e concorrencial, conforme aponta Kurz (2007). Enquanto crítica teórica, não estamos pensando em crítica afirmativa que naturaliza as relações capitalistas, mas sim na crítica categorial negativa que visa tematizar a contradição, os processos violentos de ruptura e de imposição do capitalismo e seus limites, assim como voltar-se contra si enquanto autocrítica determinada, expressando os limites e contradições do próprio pensamento e do sujeito, sob essa forma fetichista de totalidade.

Referências

ALFREDO. A. Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização. *CIDADES*, v.6, n.10, 2009.

_____, Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. *Terra Livre*, São Paulo/SP, Ano 26, v.1, n. 34, p. 37-62 Jan-Jun. 2010.

Biblioteca Nacional Digital. A França no Brasil. 2009. Disponível em http://bndigital.bn.br/francebr/intercambios.htm. Acessado em 20 jun. 2020.

COSCIONI, F. Reflexões sobre as posições epistemológicas de Richard Hartshorne em The Nature of Geography. *GEOUSP Espaço E Tempo*, v.*19, n.*1, p. 11-24, 2015.

DAMIANI, A. L. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000.

_____A Geografia que desejamos. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n° 83, p. 57-90, 2005.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237p.

FEBVRE, L. *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história*. Lisboa: Cosmos, 1991. 339p.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Trad. de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 224p.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 244p.

_____. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. 2007. *Revista EXIT! - Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias*, n. 4, 2007. Disponível em: http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm. Acessado em 23 ago. 2020.

_____. *Dinheiro sem valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona. 2014. 382p.

LA BLACHE, Vidal de. *Principios de Geografia Humana*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1954. 390p.

LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* Campinas: Papirus, 1988. 240p.

LEITE, A. Formação regional e formação do território nacional como momentos contraditórios do processo de territorialização do capital. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 92, p. 103-130, jun. 2012.

LENCIONE, S. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 1999. 224p.

LIRA, Larissa. Vidal de la Blache à luz dos recursos da história social da geografia: a institucionalização da disciplina e o primeiro esboço do método geográfico. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 92, p. 51-76, jun. 2012.

LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 418p.

MANDEL, E. Capitalismo tardio. 2ª ed. São Paulo, Nova cultural, 1985. 417p.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital.* São Paulo, Vol. I, Tomo 1, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1988. 287p.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital.* São Paulo, Vol. I, Tomo 2, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1988b. 294p.

_____. *Grundrisse*. Rio de Janeiro. Ed. Boitempo, 2011.788p.

OLIVEIRA, F. *Critica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003. 150p.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; AZEVEDO, N. A geografia do imperialismo: uma introdução. B*oletim Paulista de Geografia*, n. 59, p. 23-42, número especial: Geografia e Imperialismo, out. 1982.

POSTONE, Moishe. Time, Labor and Social Domination: a Reinterpretation on Marx Critical Theory. Cambridge University Press, 1993. 424p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder* (1980). Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269p.
RATZEL, Friedrich. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, 1990. 200p.
RECLUS, Élisée. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática: 1985. 200p.
RIBEIRO, A. S. M. "Vai crédito hoje?": do "curto-circuito" ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo. 2015. (Mestrado em Geografia Humana) - *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 213p.
SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 384p.
_____. *O Espaço Dividido. Os dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2ed. 2004. 433p.
_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Ed. Edusp, 2008. 170p.
_____. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. *Reflexões sobre a Geografia*. *Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB* – Seção São Paulo, p. 81-96, 1980.
SILVA, A. A expedição de Daniel Campos (1883) e a guerra do Chaco (1932-35) na formação territorial da Bacia do Paraguai. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 92, p. 77-102, jun. 2012.
SCHOLZ, R. Forma social e totalidade concreta: na urgência de um realismo dialético hoje. 2009. *Revista EXIT! - Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, n. 6, 2009. Disponível em: http://obeco.planetaclix.pt/roswitascholz12.html. Acessado em 23 jan. 2019.
_____. A nova crítica social e o problema das diferenças. *Revista EXIT! - Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria,* 1/2004. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz3.htm. Acessado em 5 jun. 2019.